

# Esposa de Agricultor na França

Para entendermos as relações sociais de gênero e em particular a situação da mulher na sociedade rural francesa de hoje e preciso antes de mais nada que tenhamos clareza sobre o tipo de organização social que se estabelece em torno da produção agrícola

Apesar das mudanças introduzidas na organização da produção pela política de modernização praticada pelo governo nos últimos 30 anos diversos autores concordam que grande parte dos estabelecimentos agrícolas mantem ainda uma característica familiar<sup>1</sup> sejam elas modernas empresas ou unidades tradicionais. Resta no entanto alguma discordância sobre o que se entende por produção familiar. Essa questão torna-se mais pertinente e complexa quanto maior tiver sido a ação dos instrumentos de modernização sobre as unidades de produção e sobre a sociedade rural. O debate se desenvolve em torno de algumas questões centrais como esta forma específica de organização do trabalho agrícola incorporou a sua dinâmica os novos fatores sociais e econômicos sem perder o caráter familiar? Até que ponto a noção de estabelecimento familiar esconde uma diversidade de relações sociais que não podem mais ser compreendidas em um único modelo? O que o adjetivo **familiar** define hoje se considerarmos a tendência à individualização das unidades de produção agrícola decorrente da intensa mecanização? Definir a natureza da chamada agricultura familiar não é portanto um exercício simples.

A capacidade de adaptação ou de resistência dos pequenos estabelecimentos agrícolas e normalmente atribuída às qualidades intrínsecas deste tipo de organização da produção. O recurso a força de trabalho familiar e o valor-família que orienta a conduta dos membros do grupo doméstico são características ainda presentes em algumas propriedades o que atestaria a persistência do caráter familiar da agricultura mesmo

<sup>1</sup> Vários autores têm demonstrado a capacidade de resistência da propriedade familiar às transformações ocorridas na agricultura e na sociedade rural. Ver entre outros LAGRAVE R M *Egalité de Droit Inégalité de Fait entre Hommes et Femmes en Agriculture comme Dynamique du Changement Social Connexions* n° 45 1985 94 107 BARTHEZ A *Famille Travail et Agriculture* Paris Economica 1982 192p BLANC M et alii *Agriculture Française Est-elle Encore Familiale?* In COULOMB P et alii *Les Agriculteurs et la Politique Presses Fond Nat Sciences Po* 1990 p 310 327

apos a modernização Mas constata-se tambem que boa parte das pequenas e medias unidades produtivas não são mais capazes de garantir a reprodução social dos membros do grupo domestico A tendência ao trabalho externo sobretudo dos jovens e uma das evidências do caracter pluriativo das famílias agricolas atuais Cada vez mais torna-se necessario buscar parte dos meios de sobrevivência em outras fontes Varios autores se baseiam nessa evidência para sustentar a hipotese da decomposição das relações familiares de produção ou da sobrevivência anacrônica de uma organização social que não teria futuro no sistema capitalista industrial Como consequência desse processo inexoravel ocorreria então uma gradual e definitiva tendência a individualização da força de trabalho

De outro lado estariam estudiosos que chamam a atenção para o fato de que tal processo não tenha ainda realizado a total separação entre família e unidade de produção Para demonstrar este argumento indicam-se alguns niveis de participação dos laços familiares no funcionamento das unidades produtivas por exemplo o recurso a rede de parentesco para aumentar a força de trabalho e as praticas de transmissão de patrimônio ainda fundadas sobre a logica das relações familiares<sup>2</sup>

A observação da unidade familiar torna-se então um elemento-chave na compreensão das transformações ocorridas no meio rural na França e particularmente no que se refere as relações entre os gêneros A família integrando as atividades de produção e de consumo elabora estrategias para se adaptar as novas condições econômicas e sociais de reprodução Mas esses rearranjos não ocorrem somente no plano das relações observaveis empiricamente Novos valores são formulados no sentido de justificar e legitimar as mudanças no padrão das relações sociais e nos papeis que a sociedade atribui aos individuos no interior do grupo familiar sobretudo a mulher

Nesse sentido sustentamos que a família não deve ser entendida somente como um grupo socialmente estruturado segundo as condições historicas e culturais que a cercam É necessario tambem considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido as praticas sociais ja que a família reúne individuos atraves de uma rede de relações que inclui como toda relação social uma parte ideal de pensamento ou se quisermos de representação Assim consideramos que uma analise das relações sociais de gênero dentro ou fora do grupo familiar deve contemplar dois aspectos de um lado as relações entre os individuos e de outro as representações e os valores que dão sentido a essas relações

<sup>2</sup> Cf LACOMBE P  
Agriculture Familles  
Exploitations In COULOMB  
P et alii op cit

<sup>3</sup> CARNEIRO M J *Les Paysans des Sept Laux* la construction d un nouvel ordre social Tese de Doutorado em Antropologia Social EHESS Paris 1993

O presente artigo tem como base os dados de uma pesquisa realizada entre pequenos agricultores de uma aldeia dos Alpes no sudeste da França a 30 quilômetros de Grenoble<sup>3</sup>. A partir de visitas frequentes a algumas famílias de agricultores desta pequena aldeia de 2 000 habitantes durante um período de 19 meses (entre julho de 1988 e janeiro de 1990) foi possível estabelecer uma relação de confiabilidade mútua propícia a observação etnográfica. Como é característico da cultura francesa as relações de aproximação interpessoal e de sociabilidade passam normalmente pela comensalidade. Assim sem fugir a regra os primeiros contatos com os agricultores eram geralmente seguidos de um convite para almoço após o qual as entrevistas eram realizadas. Aproveitando-se o período de inverno quando o trabalho produtivo fica praticamente restrito a ordenha e a alimentação do rebanho foi possível e até mesmo desejado pelos entrevistados estender as conversas em torno da mesa por toda a tarde. Na necessidade de permanecerem durante grande parte do dia fechados na cozinha único local aquecido da casa a presença de uma pessoa de outro país despertava a curiosidade e ajudava a quebrar a monotonia do inverno principalmente ao se tratar de uma pessoa disposta a ouvir e a contar histórias. Esta situação facilitou enormemente a observação do cotidiano doméstico particularmente as relações entre o marido e a esposa informantes privilegiados pela pesquisa<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Para uma descrição mais detalhada do trabalho de campo e as características da aldeia de Theys ver CARNEIRO M J *Modernização e Sociabilidade em uma Aldeia dos Alpes Franceses* *Comunicações em Antropologia Social* n° 6 PPGAS MN julho 1995

O modelo dominante da família camponesa anterior ao processo de modernização da agricultura na região estudada apoiava-se sobre a articulação de três funções a produção o consumo e a reprodução biológica e social. As relações de parentesco articuladas as relações sociais de gênero definiam o lugar do indivíduo no grupo atribuindo-lhe obrigações e direitos específicos. A relação de oposição complementar entre os sexos e a hierarquia dos grupos de idade marcavam as relações entre os indivíduos dentro e fora dos limites do espaço doméstico definindo a conduta e controlando a ação dos indivíduos no conjunto da sociedade.

A segregação fundada na distinção entre os sexos se impunha a divisão por grupos de idade. A aldeia e cada casa em particular eram recortadas por espaços socialmente definidos como próprios a um ou a outro sexo. O espaço de intimidade - o da casa - onde os princípios fundamentais da sociedade camponesa eram produzidos e reproduzidos era identificado com a imagem feminina. O espaço público onde eram definidos os interesses dos grupos familiares nas suas

interrelações pertenciam aos homens

No interior da casa se reproduzia também a dualidade feminino/masculino. Enquanto a cozinha e o seu prolongamento - o quintal - eram reconhecidos como próprio das mulheres, o espaço de produção (o pasto, as áreas de plantação e em alguns casos os estabulos) assegurava a intimidade do homem<sup>5</sup> e a realização de sua identidade de gênero. No entanto, essa representação social não supunha uma total exclusão da mulher das tarefas produtivas. Cabia-lhe ordenhar as vacas, sobretudo quando este trabalho era totalmente manual, e auxiliar nas tarefas agrícolas. Porém, mais tarde, com a mecanização, ela vai perdendo gradativamente o seu lugar na produção; a ordenha passa para a responsabilidade dos homens, assim como o conjunto das atividades produtivas, já que as máquinas substituíram grande parte do trabalho braçal.

A oposição masculino/feminino, que organizava as atividades cotidianas, não deve, no entanto, ser considerada de uma maneira absoluta, porque o masculino pode incluir também o feminino e vice-versa. Esta oposição organiza as atividades numa relação específica, como por exemplo, na relação casa/comunidade. No entanto, quando nos aproximamos de um desses polos, observamos que a mesma oposição se reproduz em cada um deles.

Segalen, ao chamar a atenção para a colaboração cotidiana das mulheres nas atividades produtivas, assinala a necessidade de relativizar a separação entre o domínio feminino, identificado à casa e o masculino à produção<sup>6</sup>. No entanto, nos parece importante acrescentar que esta distinção não corresponde somente à separação entre dois espaços físicos. Mais do que isso, trata-se de uma classificação sustentada nas representações sociais de gênero, que reflete a hierarquia que preside as relações entre homens e mulheres na família e na sociedade. Nesse sentido, a complementaridade entre as tarefas femininas e masculinas, a que se refere a autora, não corresponde necessariamente às imagens socialmente construídas sobre o lugar do homem e da mulher nessa sociedade. As representações sociais, ao contrário do que a autora pretende defender, atribuem valores diferenciados e hierarquizados às atividades exercidas por um ou por outro, de modo a reforçar uma subordinação feminina em relação ao masculino. Ainda que haja espaços diferenciados do exercício da autoridade, observa-se no conjunto da sociedade que a própria identidade feminina supõe uma relação de dependência e de submissão em relação ao homem. Assim, o sentido de complementaridade entre as atividades masculinas e femininas, identificado por

<sup>5</sup> Sobre esse assunto, ver o trabalho de LAGRAVE, R. M. *Le Village Romanesque*. Paris: Actes Sud, 1980. E de ROGERS, S. *Espace Masculin, Espace Feminin. Essai sur la Différence. Etudes Rurales*, avril-juin 1979, 74-87, 110. Esta autora estabelece uma correlação entre a distinção dos universos masculino e feminino e a existência de dois sistemas cognitivos relativamente distintos numa aldeia camponesa situada no nordeste da França.

<sup>6</sup> Cf. SEGALEN, M. *Marlet. Femme dans la Société Paysanne*. Paris: Flammarion, 1980.

Segalen nas tradições culturais camponesas não exclui a desigualdade e a hierarquia que preside as relações entre os gêneros. A maneira de estabelecer fronteiras entre as esferas masculina e feminina de organizar atividades e de alocar autoridade no interior do grupo doméstico era coerente com a forma de organização social baseada na unidade família - unidade de produção. O lugar dos indivíduos na estrutura familiar definia as suas obrigações na esfera produtiva, o mesmo ocorrendo com as relações entre os gêneros. A simbiose entre família-terra-trabalho presente até os dias de hoje em certos grupos domésticos reforça a imagem da complementaridade hierarquizada entre o marido e a esposa nessa forma de organização social na agricultura.

Nesses termos é interessante retomar a análise de F Edholm et al. quando elas sugerem que não é suficiente tornar visível a participação feminina na produção para demonstrar a importância de sua colaboração na reprodução da unidade doméstica. Mais do que isso é necessário compreender o significado de sua invisibilidade (por exemplo a agricultora não **trabalha**, ela **ajuda** seu marido) e de sua reclusão ao espaço doméstico<sup>7</sup>. Por que as tarefas desempenhadas pela mulher são consideradas pelo imaginário social secundárias e desvalorizadas em relação às que estão sob a responsabilidade do homem? Por que uma atividade tradicionalmente exercida pela mulher, como a ordenha, por exemplo, passa para o domínio masculino quando mecanizada e transformada em principal produto comercializado? Não basta portanto se deter em demonstrar a importância econômica da mulher na sociedade camponesa, como faz Segalen.

No que se refere ao acesso à propriedade, por exemplo, a mulher, de acordo com o costume, não herdava terra produtiva e era considerada incapaz de assumir a posição de chefe da unidade. A função social fundamental que lhe era atribuída pela sociedade, a de reprodutora, não justificava a realização de atividades fora do espaço doméstico. Seguramente, esta construção social da identidade feminina contribuiu para que as filhas de agricultores dessa geração atingissem um nível de escolaridade inferior ao dos homens, o que vai se modificar mais tarde com a ampliação do mercado de trabalho urbano.

Até a década de 60 as moças permaneciam na casa dos pais até o casamento, quando mudavam para a casa dos sogros. A relação de subordinação aos pais era então substituída pela subordinação ao marido - mais ainda a sogra - e as vezes a todo o conjunto do grupo doméstico. Esta situação só se modificava com a morte da sogra, quando a esposa do filho sucessor passava a ocupar a posição de dona da casa. O período de coabitação era vivenciado sob

<sup>7</sup> Cf. EDHOLM, F., HARRIS, O., YOUNG, K. e BRADBY, B. *Conceptualizing Women: Critique of Anthropology*, nº 9, 10, vol. 3, 1977, p. 101-130.

uma forte tensão provocada pelos conflitos latentes mas raramente explicitados entre sogra e nora. As palavras de uma agricultora que tem hoje 65 anos são fortes ao expressar esse sentimento. Nos eramos massacradas não podíamos dizer nada eramos apenas uma peça levada de um lado para o outro. Era preciso obedecer. Se fosse hoje eu não suportaria! Posteriormente alimentados pelo movimento de liberação feminina na década de 70 esses conflitos eclodem provocando uma ruptura na prática de coabitação. A construção de duas cozinhas separadas na mesma casa responde ao menos inicialmente a necessidade de delimitar fronteiras mais rígidas entre os espaços de autoridade da sogra e da nora.

Apesar da mulher não ter tido uma existência centrada em si mesma no meio camponês ela era uma peça fundamental a realização da identidade masculina. Como observou Lagrave era na relação de casal que o agricultor podia realizar sua "conjugalidade" com a terra pois era a partir da fertilidade da mulher concretizada pelo casamento e pelo nascimento de filhos que a atividade do homem sobre a terra adquiria significado<sup>8</sup>. Na condição de encontrar uma mulher para fecundar o jovem herdava um lote de terra para dele extrair seus frutos e alimentar seus descendentes o que garantia a ocupação e a manutenção do patrimônio familiar. A mulher ocupava assim uma posição-chave na realização das identidades sociais do homem seja como trabalhador (cultivador e chefe do empreendimento) seja como chefe da família (marido e pai). Nesse sentido o casamento não pode ser visto como definidor de identidades sociais somente para a mulher. É somente através da constituição de um novo núcleo familiar que o homem pode assumir integralmente os papéis que a sociedade lhe reserva tanto no interior da família como no espaço público o que é evidenciado pela posição de marginalidade (econômica e social) ocupada pelos celibatários nas sociedades camponesas. Dentro desta lógica entende-se porque estes eram normalmente excluídos ou prejudicados no processo de partilha do patrimônio familiar<sup>9</sup>.

Se a mulher era reconhecida como parcialmente responsável pelo sucesso do homem na realização de seus papéis masculinos ela era também responsabilizada pelo seu fracasso. A solidariedade da esposa com o marido que normalmente implicava a anulação de seus próprios interesses ou desejos era bastante apreciada. Ela devia saber combinar e subordinar de forma equilibrada suas próprias obrigações as necessidades de trabalho do campo. Suas qualidades fundamentais eram portanto a força física e a saúde demonstração

<sup>8</sup> Cf. LAGRAVE R. M. op. cit.

<sup>9</sup> Sobre a posição do homem solteiro na sociedade camponesa ver BOURDIEU P. *Celibat et Condition Paysanne. Etudes Rurales* 1963. CONTRERAS J. *Celibat et Stratégies Paysannes en Espagne. Etudes Rurales* 113-114 1989 e CARNEIRO M. J. 1993 op. cit.

de sua capacidade de trabalho e de reprodução

Na hierarquia familiar a mulher só assumia uma posição de autoridade máxima em caso da ausência ou invalidez do marido. Esta situação foi particularmente vivenciada durante a Segunda Guerra Mundial quando grande parte dos homens ativos foi obrigada a abandonar os seus lares deixando a esposa na posição de comando. Levadas a assumir o controle da organização da produção, essas mulheres experimentaram o poder exclusivo sobre o grupo doméstico, o respeito e a autoridade dele advindos. Assim, não é difícil entender porque muitas delas se recusaram a abandonar essa posição após o término da guerra. Para evitar o retorno a situação de subordinação que, no caso da morte do marido, devia ser deslocada para a relação com o filho mais velho, muitas se recusaram a legalizar a transmissão dos direitos sobre a propriedade, o que implicaria abrir mão da autoridade suprema sobre a produção agrícola e, principalmente, sobre o grupo doméstico. Ao assumirem o lugar do marido, essas mulheres adquiriam o direito de usufruto sobre a propriedade, o que lhes garantia essa autoridade. Neste caso, elas acabavam por reproduzir os valores patriarcais que orientavam as práticas sociais dentro e fora da família.

No contexto da produção familiar, a autoridade repousava em grande parte no controle do patrimônio, o que incluía a propriedade territorial, a casa, a lavoura e o capital simbólico. Quando era a viúva do agricultor quem exercia esse poder, o filho indicado como sucessor do pai ficava impedido de realizar plenamente suas funções de chefe da unidade produtiva, mesmo após o seu casamento. Cabe registrar que, em situações normais, a falta de legitimidade jurídica da mulher sobre a propriedade do marido, no caso de viuvez, significava uma ameaça constante a sua posição na estrutura familiar, o que podia implicar até a insegurança sobre a sua própria manutenção. Como a esposa não herda a terra do marido, legalmente ela não tem controle sobre a propriedade onde mora, já que, no caso de morte do marido, esta passa diretamente aos filhos. Assim, quando acontecia dela assumir o direito de usufruto sobre a propriedade, como no caso das viúvas de guerra, ela tendia a garantir esse direito por maior tempo possível, utilizando para isso sua autoridade de mãe. Essa situação gerou dificuldades no exercício dos papéis constituintes da identidade masculina dos filhos-sucessores, que permaneciam subordinados à mãe durante o tempo em que ela tivesse forças para fazer prevalecer a sua vontade e poder. A passagem do *status* de chefe do estabelecimento ao filho não extrapolava, nesses casos, o aspecto formal, a última palavra sobre a gerência da

produção permanecia com a mãe

Essa situação acarretou alguns casos de celibato do filho sucessor pois era difícil encontrar uma mulher que aceitasse se casar com um homem fragilizado com quem ela não poderia-se aliar nos conflitos que marcavam a relação entre nora e sogra nesse sistema cultural. Uma alternativa que a sociedade oferecia a esses rapazes e que os ajudava a melhor desempenhar seus papéis sociais era a dupla atividade. Ao trabalhar nas indústrias situadas no vale próximas as regiões onde tinham terra eles alcançavam uma autonomia financeira que lhes possibilitava exercer a função social de provedor da família sem depender da mãe.

Observou-se no entanto uma diferença de conduta entre as viúvas de guerra e as mulheres da geração posterior ou seja aquelas que tinham na ocasião da pesquisa entre 50 e 60 anos. Varias delas preferiram nos dar entrevista em momentos em que o marido não estava em casa. Consideravam que assim elas podiam se exprimir mais livremente mas caso o marido chegasse durante a entrevista elas se calavam e passavam-lhe a palavra. Mesmo entre as esposas de operários-camponeses que assumiram formalmente o *status* de chefe do estabelecimento ou entre as mulheres que obtinham uma renda própria com a venda de produtos da fazenda a relação de submissão a autoridade masculina se reproduzia tanto internamente no grupo doméstico como no domínio público onde sua posição permanecia definida pelo *status* de **esposa de agricultor**.

Dentro da lógica da economia doméstica deste grupo a mulher permanece fundamentalmente como organizadora do consumo familiar e controladora das despesas domésticas cabendo ao homem as decisões sobre as despesas relativas a produção. Sempre que necessário e possível a mulher complementa a renda familiar com recursos próprios provenientes seja da venda de certos produtos da fazenda seja da prestação de seus próprios serviços. Num passado recente era no cuidado de crianças abandonadas e sob a tutela do Estado que as esposas de agricultores pobres encontravam a principal fonte de renda complementar. Algumas chegaram a criar em torno de 10 crianças ao longo de sua vida ativa recebendo uma mensalidade de Estado por cada uma. Atualmente e como empregadas da prefeitura ou como diaristas nas casas dos mais idosos que conseguem aumentar a renda familiar. No entanto raramente essa renda é utilizada em benefício próprio. Na medida em que a identidade de gênero permanece fundada no exercício dos papéis de mãe e esposa as necessidades da casa (incluindo as das crianças) se confundem com as da mulher e se colocam como



prioritárias. É possível afirmar que esses valores persistem até o presente com alguns sinais de mudança para a geração mais jovem composta de mulheres entre 30 e 45 anos em decorrência da modernização da sociedade que abriu espaço para a participação de esposas e filhas de agricultores no mercado de trabalho.

### **As primeiras rupturas**

A observação da dinâmica atual das famílias de agricultores nos leva a acreditar que as rupturas na organização familiar atingiram sobretudo os princípios que fundam a unidade família-lavoura. Os valores que sustentavam as relações intrafamiliares determinantes de um conjunto de deveres dos indivíduos em relação ao grupo não são mais pensadas hoje como uma realidade boa-a-se-reproduzir. Abre-se espaço para a manifestação de tensões que até então eram latentes nas relações intrafamiliares mas controladas e neutralizadas pela força de uma ideologia que subordinava o indivíduo ao coletivo através da mediação da autoridade patriarcal. Esta ideologia construída sobre a base nas relações de produção familiar se exprime através das relações de parentesco.

Em decorrência das imposições das novas condições de reprodução social - ampliação das relações assalariadas e declínio da atividade agrícola - a família é levada a liberar seus membros das tarefas produtivas ao mesmo tempo em que tenta estabelecer novas estratégias no sentido de conjugar os projetos individuais aos esforços de manutenção do patrimônio familiar. Esses mecanismos podem ser percebidos em três domínios da vida social intrinsecamente associados: o das relações entre gerações no interior da família, o das relações entre os indivíduos e o mercado de trabalho e o da organização do trabalho agrícola.

### **A nuclearização das famílias**

A importância da família como produtora dos meios de reprodução social e física tende a se diluir na medida em que a produção deixa de ser realizada pelo conjunto dos membros do grupo doméstico e passa a ser responsabilidade do casal ou de um único indivíduo o chefe da família e do estabelecimento agrícola.

A concentração das tarefas produtivas na figura do casal e a integração dos filhos (e da esposa em uma menor escala) ao mercado de trabalho capitalista criam as condições para a individualização da força de trabalho e o mais importante exercem uma pressão individualizante dentro das famílias de agricultores. Esta

situação não é contudo vivida sem tensões. As contradições que as relações capitalistas introduzem no seio da família camponesa fazem emergir os conflitos sob a forma de embates entre gerações e entre os sexos.

A coabitação de três gerações torna-se difícil na medida em que a família não representa mais uma coletividade de interesses recíprocos deixando de se orientar pela conjugação de esforços individuais em benefício de todos os seus membros. A casa que, na solidez de sua arquitetura e na unidade de um espaço partilhado por várias gerações, representava a força dos laços familiares, torna-se agora o espaço onde os conflitos se manifestam. Conforme as políticas sociais levam para o campo - principalmente para a força de trabalho masculina - os benefícios sociais do trabalhador da cidade e os laços familiares cessam, pouco a pouco, de regular as relações de trabalho, os valores não conseguem mais sustentar a legitimidade da hierarquia interna.

Administrado pelo Estado e não mais determinado pelas estratégias de reprodução familiar, o afastamento do chefe da família da posição de responsável pela unidade produtiva - a aposentadoria - deixa de obedecer a critérios particulares de cada grupo. O processo de sucessão passa a ser regulamentado pelas medidas públicas de incentivo à instalação de jovens agricultores e, assim, a família perde o controle sobre os mecanismos de sua própria reprodução social. A posição dos indivíduos no interior da hierarquia familiar não é mais a fonte exclusiva de poder. Novos valores, como a força física, a capacidade de inovar e de manipular as máquinas - qualidade dos jovens - entram em conflito com os critérios tradicionais de atribuição de poder. A casa deixa de sintetizar no imaginário social os valores da intimidade camponesa (a estabilidade, a harmonia, a proteção) para coexistir nas suas relações mais íntimas com os efeitos da política de modernização da agricultura.

Favorecida pela arquitetura das casas, a divisão do espaço doméstico se apresentou como uma solução provisória para os conflitos decorrentes dessa nova situação. A construção de uma outra cozinha na peça que servia de sala de jantar permitiu neutralizar os conflitos que resultavam da concorrência do poder de um lado, entre o pai e o filho sucessor, e de outro, entre a sogra e a nora. Essa situação colocava em evidência o choque entre duas mentalidades: uma "tradicional" informada por valores da família patriarcal e pelo espírito familiar e outra, moderna, construída sob a influência da individualização promovida pelas relações industriais e centrada no modelo da família nuclear. A fragmentação da unidade doméstica expressa a desa-

gregação dos laços sociais e a possibilidade de formação de uma outra unidade familiar questionando assim a autoridade exclusiva do mais velho. As cozinhas separadas estabelecem novas fronteiras numa família que pouco a pouco deixa de ser extensa. Essa situação evoluiu a favor da regra da neo-residência assegurando um espaço próprio a jovem esposa e abrindo caminho para a individualização da mulher nas relações familiares.

### O salário a individualização da força de trabalho

O salário como forma de remuneração do trabalho fora da agricultura é um outro elemento de ruptura da identidade entre família e unidade de produção. Ele torna-se uma referência também no universo doméstico minando assim os princípios fundados até então no parentesco. Primeiramente os filhos não são mais estimulados a permanecer trabalhando com a família porque a renda agrícola não é suficiente para pagar o seu salário. Por outro lado considerando as novas exigências de consumo os pais não conseguem garantir para os filhos o mesmo padrão que eles alcançaram com os salários advindos do trabalho nas indústrias.

No entanto apesar dessas mudanças constata-se que os estabelecimentos agrícolas mantêm ainda um caráter familiar o que tem efeitos diretos sobre a situação da mulher nessa sociedade e sobre as relações sociais de gênero.

Ainda que se confirme a tendência ao aumento do número de mulheres de origem agrícola que trabalham fora da lavoura familiar<sup>10</sup> observa-se que o funcionamento da pequena unidade de produção agrícola exige uma participação efetiva de ao menos uma pessoa que auxilie o chefe seja ela o pai aposentado ou a mãe viúva um filho que permaneceu na casa ou a esposa. A manutenção de uma unidade produtiva depende assim entre outros fatores da existência deste trabalhador gratuito que trabalha para o estabelecimento **para a família**. A lógica que determina a prioridade da produção e do patrimônio familiar sobre os interesses individuais é então a mesma que subordina certos membros do grupo familiar ao chefe da família. Este aspecto da realidade é importante para que se possa compreender a situação das mulheres e dos celibatários na agricultura francesa hoje.

A preocupação com o celibato como uma das ameaças que tem afastado os jovens da atividade agrícola ou os tem levado a mudar o padrão de organização da produção aponta para a importância da figura da mulher e da constituição de um núcleo familiar na viabilização da exploração agrícola. Nesse

<sup>10</sup> Em 1970 a proporção de esposas de agricultores que exerciam uma atividade profissional fora do estabelecimento agrícola (incluindo os duplo ativos) era quase desprezível (5,8%) mesmo entre os mais jovens (7,2%). Quinze anos mais tarde perto de um terço (31,4%) dos cônjuges de menos de 35 anos estão neste caso (BLANC M et alii op cit p 316)

sentido o aumento da quantidade de agricultores solteiros não significa necessariamente que a agricultura tenha se tornado cada vez menos uma atividade de casal como querem alguns. Esta tendência denota muito mais uma crise de reprodução que conduz ao desaparecimento de certas unidades produtivas que não têm condições sociais de se reproduzirem ainda que possam ser economicamente viáveis.

Homens e mulheres concordam quanto a mudança da posição da mulher na sociedade rural e a identificam a participação mais intensa da filha ou da esposa do agricultor no mercado de trabalho. De um lado acatam a recusa das jovens em reproduzir a condição de suas mães mas de outro reconhecem a existência de antagonismos entre o ritmo de trabalho industrial e o do trabalho agrícola sobretudo se a atividade principal e a criação leiteira. Segundo a avaliação de uma agricultora local uma mulher acostumada as condições do trabalho assalariado jamais suportaria o ritmo de uma atividade agrícola que exige 365 dias de trabalho por ano sem direito a férias ou finais de semana.

No imaginário social **trabalhar fora** é considerado uma das conquistas das mulheres e uma consequência da **evolução das coisas** isto é um subproduto da mecanização da agricultura que liberou a mão-de-obra feminina da lavoura e da ampliação do mercado de trabalho. Mas se considerarmos que a maioria dos agricultores exerce atualmente uma atividade extra-agrícola observamos que a participação da esposa do agricultor na produção tende a tornar-se cada vez mais importante<sup>11</sup>. E a substituição do marido pela mulher em algumas tarefas produtivas que libera o agricultor para exercer uma outra atividade remunerada. Nesse caso é possível deduzir que a dupla ou pluriatividade dos agricultores pode resultar no reforço do vínculo da mulher a casa e a produção agrícola.

Nestes termos ao considerar as condições atuais da produção agrícola e da reprodução social da população rural somos levados a aceitar que a agricultura francesa permanece como uma atividade de casal apesar de toda a pressão social no sentido da individualização da força de trabalho como apontamos acima. Mais do que isso considerando a força dos valores patriarcais no contexto da agricultura familiar é possível afirmar que a mulher **esposa de agricultor** permanece na posição de subordinação ao marido mesmo quando ela ocupa formalmente o *status* de **chefe do estabelecimento**.

Como apontamos acima segundo os princípios locais que regem a prática da transmissão do patrimônio as mulheres eram impedidas de herdar a propriedade agrícola simplesmente pela sua condição de gênero<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Para uma análise do fenômeno da pluriatividade na agricultura francesa ver CARNEIRO M. J. Pluriatividade no Campo o caso francês. RBCS 1996 (no prelo).

<sup>12</sup> É importante lembrar que desde o Código Napoleônico de 1803 passa a vigorar em toda a França o direito universal de todos os herdeiros sem distinção entre sexos. No entanto essa lei permanece durante muito tempo subordinada aos costumes locais que estabelecem em alguns casos o privilégio de alguns herdeiros (normalmente o filho homem mais velho) sobre os demais.

No entanto com a politica de modernização da agricultura são estabelecidas regras que formalizam a profissão do agricultor restringindo o seu campo de atividade profissional as meramente agricolas abrindo espaço para a mulher exercer a função de chefe da unidade produtiva favorecida pelas novas condições de reprodução da força de trabalho na agricultura Para aumentar a renda familiar e acumular os benefícios sociais o agricultor duplo-ativo (o operario-camponês) transmite a sua esposa o *status* de chefe de estabelecimento enquanto que ele oficialmente dedica-se integralmente ao trabalho na fabrica

Contudo esse fato bastante generalizado na região estudada não chega a engendrar uma mudança da posição real da mulher na estrutura familiar e muito menos no conjunto da sociedade Ao contrario a mulher tem seu trabalho aumentado sem ter nenhuma outra compensação alem do direito de se aposentar como agricultora o que contribui para aumentar a renda domestica Na maioria dos casos observados ela realiza grande parte do trabalho produtivo mesmo o que exige a utilização de maquinas durante o tempo em que seu marido se encontra fora No entanto como ela mesma reconhece realiza essas tarefas **como se fosse um prolongamento dos braços de seu marido** que diariamente antes de partir para a fabrica lhe orienta sobre o que e como fazer O controle sobre a organização do trabalho e sobre a produção permanece desta maneira nas mãos do homem Este comportamento e visto pelas mulheres como algo natural - uma consequência do exercicio da propria identidade social e de gênero - porque "a partir do momento que existe um homem a mulher não toma decisão ele vê melhor as coisas da terra justifica a esposa de um operario-camponês

É importante registrar que mesmo com o aumento das responsabilidades femininas no tocante a produção a posição da mulher na sociedade e na familia não se modifica muito apesar de que no discurso isto não e aceito nem pelos homens nem pelas mulheres No entanto na pratica as **esposas de agricultores** não tomam jamais o lugar de seus maridos na hierarquia familiar mesmo que elas os substituam no trabalho e obtenham um estatuto legal junto as entidades que regulamentam a profissão de agricultor Da mesma maneira elas não ocupam posição de poder nos organismos deliberativos voltados para a agricultura

Nesse contexto e possivel afirmar que não são as atribuições mais ou menos importantes na esfera da produção que redefinirão o lugar da mulher na estrutura familiar e na sociedade Ela permanece como uma pessoa que auxilia o marido que o **ajuda** Portanto a

mudança da posição dos gêneros na hierarquia familiar não é garantida simplesmente pela atribuição de um *status* profissional a mulher ou pela maior visibilidade de sua participação na produção. A força da ideologia que orienta e dá sentido às relações sociais de gênero sustenta a hierarquização das posições femininas e masculinas no interior da família e na sociedade mesmo quando objetivamente a mulher assume o lugar tradicionalmente atribuído ao homem<sup>13</sup>

Ainda que as mudanças provocadas pela ampliação do mercado de trabalho assalariado tenham engendrado contradições na relação chefe-de-estabelecimento-marido/agricultora-esposa, a ideologia patriarcal garante a coerência dessa relação e lhe dá o sentido de complementaridade. Sobretudo no contexto do trabalho familiar, como revela o fragmento do discurso de uma agricultora reproduzido abaixo:

- Quais são suas tarefas na fazenda?

Oh, nada de especial, eu **ajudo** meu marido durante a (colheita da) batata, a semeadura, a limpeza do campo, a colheita do feno... tudo isso.

- É ele o chefe do estabelecimento?

Não, sou eu. **eu sou a produtora agrícola do meu marido** e ele é o assalariado.

- Porque é você a chefe do estabelecimento?

Porque isso me dá vantagens, eu ganho alguns prêmios que são atribuídos a (região de) montanha e que meu marido não teria direito porque ele é assalariado da fábrica. Além disso, isso me dá garantias, me dá pontos para minha aposentadoria mais tarde. Se eu não tivesse isso, eu não teria nada. Assim a gente é um pouco independente, cada um tem sua própria assistência.

- Mas é você mesma quem administra o estabelecimento?

Não, é meu marido.

O marido: Sim, mas sozinho eu não poderia fazer nada. Quando eu estou no trabalho, minha mulher está aqui em casa para ver o que se passa, ela supervisiona.

Não se pode negar, no entanto, que ser portadora de um título de chefe do estabelecimento agrícola é um primeiro passo para o reconhecimento de um *status* profissional totalmente inexistente quando a mulher era considerada apenas como a esposa do agricultor. Até 1980, ela só tinha os direitos que lhe eram concedidos por intermédio de seu marido, o que não lhe conferia nenhum benefício social próprio nem garantias profissionais, já que lhe era vedado ser responsável pelo estabelecimento agrícola e pelo patrimônio familiar. O marido era o único sujeito jurídico na família e na unidade produtiva, acumulando assim todos os direitos e prerrogativas relacionados a uma e a outra.

<sup>13</sup> R. M. Lagrave observa que as mulheres continuam a orientar suas atividades em função da dominação masculina, que é mais eficaz num espaço social onde relações de parentesco e de produção estão estreitamente imbricadas. (Cf. LAGRAVE, R. M., 1985, op. cit.)

Entende-se então porque o trabalho feminino na agricultura familiar cai na invisibilidade - ele esta subordinado as regras do contrato conjugal - sendo portanto entendido como parte do sistema de obrigações reciprocas que e estabelecido entre os cônjuges. Como observam Lagrave e Caniou ao analisarem - com muita propriedade - o estatuto juridico da agricultora na sociedade francesa<sup>14</sup> - ser agricultora neste caso não e uma profissão mas um estado matrimonial. Quando casada a mulher passa a dever varias obrigações ao marido - o que na agricultura implica participar dos trabalhos da lavoura. Mesmo em uma situação limite - na qual a mulher explorava separadamente uma parte da propriedade familiar - ela permanecia na situação juridica de cônjuge - excluida de todos os direitos profissionais econômicos e sociais que eram normalmente concedidos ao homem. Sem ter acesso as ajudas financeiras do Estado - tornava-se praticamente impossivel no contexto da agricultura francesa - manter a unidade produtiva.

A identificação do trabalho agricola ao trabalho domestico era fortemente sustentada pela ideologia da familia patriarcal que impedia juridicamente a formalização de um contrato de trabalho entre os cônjuges. O poder de gestão não podia ser atribuido a esposa porque isto seria contrario ao direito matrimonial que - de acordo com o Codigo Civil - institui o marido como chefe de familia e responsavel exclusivo dos bens comuns.<sup>15</sup>

Em 1980 e 1985 - novas leis abrem o caminho para uma situação de maior equilíbrio interno do casal na agricultura. Inicialmente - concede-se a mulher o direito de gerenciar e representar o estabelecimento agricola familiar - eleger e ser eleita nas associações profissionais. As agricultoras passam a ocupar - por opção - o *status* de co-produtora na lavoura familiar - mas sob uma serie de condições que acabam por afugenta-la dessa situação.

Na percepção de Lagrave e Caniou - os progressos mais recentes sobre os direitos profissionais das agricultoras se restringem a gestão do patrimônio - prevalecendo a mesma logica que associa a propriedade agricola a familia (ou seja - ao casal) e o trabalho da mulher aos deveres conjugais. Escondidas nessa unidade - mais ampla - as agricultoras permanecem sem acesso as inumeras ajudas publicas indispensaveis ao funcionamento de um estabelecimento agricola. Por outro lado - ha de se considerar que elas ganharam - antes das outras mulheres da sociedade - o direito de administrar o patrimônio familiar. E bem verdade que elas passaram tambem a ser responsaveis pelas dividas do casal - face os credores - ampliando assim a margem de segurança dos agentes financiadores. Finalmente - fazendo eco as indagações de Janette Caniou - cabe responder porque

<sup>14</sup>Cf LAGRAVE R M e CANIOU J. Un Statut Mis a l Index. In LAGRAVE R M (dir.) *Celles de la Terre* - agricultrice - invention politique d un metier. Paris Ed E H E S S 1987.

<sup>15</sup>Cf CANIOU J. *Agricultrices* - nouveaux droits - nouvelle negation professionnelle. Trabalho apresentado na Mesa redonda *Rapports Sociaux de sexe - problematiques methodologies - champs d analyse*. CNRS IRESCO Paris - novembro 1987.

os novos direitos jurídicos da mulher estabelecidos pela lei de 1980 não desembocaram em uma legislação social que lhe concedesse benefícios sociais próprios

### Considerações finais

É necessário registrar dois aspectos do mesmo processo aqui descrito. De um lado, as mudanças das condições materiais de produção e de reprodução social no campo acarretaram uma redefinição dos princípios que regem as relações entre os indivíduos no interior da família. De outro, eles não demoliram o sistema de valores que sustenta as identidades e as relações sociais de gênero. Mesmo para as mulheres responsáveis por um ateliê de produção próprio, como o de fabricação de queijo, por exemplo, a distinção entre o domínio econômico e o doméstico não se realiza totalmente. O trabalho feminino permanece sendo visto como uma **ajuda** ao marido no esforço de prover a família.

Se os laços de subordinação econômica da mulher ao marido relaxaram, estimulando-as a buscar um trabalho fora do estabelecimento familiar, e ainda a ideologia da família, o que chamamos de valor família, que leva as mulheres a integrar suas rendas individuais à renda familiar e a se auto-perceberem como um **prolongamento do braço do marido**. A simbiose entre mulher e família, acrescida da valorização do homem como o provedor e responsável pela respeitabilidade dos membros do seu grupo doméstico, transforma a renda do trabalho feminino em ajuda e sustenta ainda hoje a sua subordinação à esfera masculina<sup>16</sup>.

Constatou-se que a mecanização da produção associada à individualização da força de trabalho no meio rural tem possibilitado às mulheres se reconhecerem enquanto indivíduos e se distinguirem do conjunto da família. Mas é necessário acrescentar que este processo de individualização não engendrou necessariamente a autonomia econômica e nem mesmo a autodeterminação enquanto sujeito. A mulher permanece fundamentalmente como esposa e, como tal, encontra os seus desejos subordinados aos interesses do coletivo da família. O seu salário, ainda que possa simbolizar uma certa autonomia em relação ao marido, é integrado à renda familiar.

Apesar das mudanças observadas no desempenho das atividades femininas no âmbito da unidade agrícola familiar, o direito conjugal permanece predominando sobre as relações de trabalho, tornando-se um obstáculo considerável à construção de uma identidade profissional feminina. O fato de não termos encontrado nenhuma mulher que trabalhasse em tempo integral

<sup>16</sup> Cf. NAROTSKY S. L. *État Ideologique maison famille et cooperation dans le processus de transition*. In GODELIER M. (dir.) *Transitions et Subordinations au Capitalisme*. Paris, Ed. MSH, 1991, p. 57-82. Sartre também segue essa mesma direção ao analisar a família como um valor moral entre pobres da periferia da Grande São Paulo. Cf. Sartre *O Valor da Família para os Pobres*. In RIBEIRO I e RIBEIRO A. C. (orgs.) *Família em Processos Contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Ed. Loyola, 1995.



<sup>17</sup> É importante acrescentar que esta interpretação não se aplica a qualquer tipo de produtor familiar. Ela é verdadeira sobretudo para os produtores de leite que necessitam da presença quotidiana de no mínimo dois trabalhadores. A situação dos produtores de vinho é diferente: como tivemos a oportunidade de observar, cabe registrar também o peso das práticas culturais relacionadas aos cuidados com o gado leiteiro, o que dificulta a utilização de mão-de-obra assalariada ou mesmo o recurso a rede de solidariedade local.

<sup>18</sup> Cf. CARNEIRO M. J. *Pluriactivité Agricole l'hétérogénéité cache? Cahiers d'Economie et de Sociologie Rurales* n. 38, 1996.

<sup>19</sup> Cf. BLANC M., BRUN A., DELFORD B. e LACOMBE P. *L'Agriculture Française Est-elle Encore Familiale? In COULOMB P. et alii. Les Agriculteurs et la Politique*. Paris: Presses Fond. Nat. Sciences Po, 1990, p. 323.

em atividade fora do espaço doméstico vem corroborar essa interpretação. As mulheres que optaram e tiveram condições de ter uma autonomia financeira e profissional não se casaram com agricultores porque elas têm consciência de que essa situação produziria antagonismos difíceis de serem suportados pelo casal<sup>17</sup>.

A resistência das mulheres em se submeterem a relação de dependência ao marido sustentada pela organização da produção familiar e sem dúvida uma das causas da tendência ao celibato dos agricultores que investiram no modelo de produção familiar-empresarial ou seja, aquele que visa uma alta rentabilidade e produtividade utilizando apenas a mão-de-obra disponível no grupo doméstico. Entende-se assim a orientação dos jovens agricultores em modificar o padrão de produção de forma a se dedicarem apenas em tempo parcial a alguma atividade agrícola alternativa. A pluriatividade nesse sentido pode ser percebida não apenas como um mecanismo de preservação da unidade do patrimônio familiar mas também como parte de uma estratégia de viabilizar o casamento no meio rural<sup>18</sup>.

Atualmente para encontrar uma esposa e aconselhável que o jovem agricultor mude a estrutura de sua unidade de produção no sentido de possibilitar a continuidade do processo de individualização no interior do grupo familiar ou então mude o peso da agricultura na renda familiar liberando realmente a mulher do trabalho gratuito na lavoura. Seria necessário portanto que a organização da produção não se sustentasse mais exclusivamente na mão-de-obra familiar ainda que fosse possível manter o caráter familiar no que diz respeito às regras de transmissão do patrimônio.

No entanto a observação das famílias pluriativas nos revelou ao contrário o peso fundamental do trabalho de alguns membros da família para o funcionamento do estabelecimento. No caso dos jovens herdeiros ainda solteiros a ajuda dos pais é fundamental para lhes permitir ter outra atividade econômica paralela à agricultura. No caso de casais jovens e a esposa quem assume esta responsabilidade. Assim somos levados a concordar com M. Blanc et alii quando eles afirmam que a agricultura é hoje cada vez mais familiar enquanto as famílias são menos agrícolas<sup>19</sup>. Essa formulação provocante confirma que a diversificação das atividades profissionais dos membros da família agrícola e a separação entre a economia da família e a economia da unidade de produção não destruíram o peso dos valores familiares na formulação das estratégias de reprodução social na agricultura não acarretando portanto a tão alardeada mudança da posição da mulher na hierarquia familiar e social no meio rural.